



“MINHA AVÓ FOI PEGA NO LAÇO”: A QUESTÃO DA MULHER INDÍGENA A PARTIR DE UM OLHAR FEMINISTA

“MINHA AVÓ FOI PEGA NO LAÇO”:
THE QUESTION OF INDIGENOUS WOMEN FROM A FEMINIST STANDPOINT

Mirna P. Marinho da Silva Anaquiri

Universidade Federal de Goiás, Brasil

mirnaanaquiri@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como propósito apresentar algumas reflexões que estou desenvolvendo na pesquisa de doutorado na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV/UFG), a partir da frase: “minha avó foi pega no laço”. Tal frase se refere à forma pela qual mulheres indígenas foram capturadas, torturadas, laçadas, amarradas e “amansadas” por colonizadores. Visando problematizar e discutir situações de violência física e simbólica contra as mulheres indígenas, proponho-me a expor algumas experiências pessoais e de outras mulheres indígenas, com a intenção de problematizar os discursos que atravessam a frase citada bem como as visualidades que dela derivam. Para tratar das questões de violência de gênero contra as mulheres indígenas, utilizo uma perspectiva interseccional e a educação da cultura visual, de modo a oferecer narrativas alternativas e a desconstruir a forma como popularmente é compreendido o significado da frase “minha avó foi pega no laço”.

Palavras-chave: mulher indígena feminista; violência de gênero; educação da cultura visual.

Abstract

In this article I present some reflections I have been developing in the course of my doctoral research in the Art and Visual Culture Graduate Program at the Faculty of Visual Arts of the Federal University of Goiás (FAV/UFG). My target here is the sentence: “minha avó foi pega no laço.” This sentence refers to the way in which indigenous women were captured, tortured, loosened, tied up and “tamed” by settlers. Aiming at problematizing and discussing situations of physical and symbolic violence against indigenous women, I present some personal experiences as well as the experience of other indigenous women, discussing the speeches that cross out the mentioned sentence, besides the visualities that derive from it. To address gender violence issues against indigenous women, I use an intersectional perspective and the education of visual culture, thus providing alternative narratives and deconstructing how the meaning of the phrase “minha avó foi pega no laço” is understood popularly.

Keywords: feminist indigenous woman; gender violence; visual culture education.

Para início de conversa... A sua vó foi pega no laço?

“Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta em mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, colo nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você”.

(ANZALDÚA, 2000, P. 232)

A frase “minha avó foi pega no laço” é o que motiva esta escrita. Ouvi-la me afeta diretamente e sempre me leva a reflexões conflituosas e embates subjetivos. Então, me pergunto, por que essa frase me inquieta, sendo ela tão corriqueira nas minhas experiências cotidianas? Por que essa frase me faz pensar em questões políticas que envolvem mulheres indígenas? Por que essa frase aparece frequentemente representada de forma naturalizada por imagens adesivadas em carros que circulam nas ruas de Goiânia, cidade onde vivo?

Aparentemente inofensivas, essas imagens possuem o peso discursivo da violência contra as mulheres indígenas e neste artigo construo alguns posicionamentos e problematizações com a expectativa de oferecer alternativas educativas, outros modos de ver, conceber e compreender o significado da frase “minha avó foi pega no laço”. Para fundamentar a discussão, apresento e analiso questões referentes à ausência/presença de narrativas (imagéticas e orais) de mulheres indígenas como possibilidades reflexivas.

Em uma busca na internet usando as palavras-chave “adesivo, boiadeiro, laçando”, encontrei, com recorrência, imagens estilizadas que sugerem a ação de um boiadeiro laçando mulheres, conforme a imagem da Figura 1.



Figura 1: Adesivo para carros.

Fonte: Site Mercado Livre. Disponível em: <<https://veiculos.mercadolivre.com.br/acessorios/la%C3%A7o-comprido-boiadeiro>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

Essas imagens são postas à venda na internet ou em lojas especializadas para qualquer pessoa que queira “adesivar” o seu carro e compartilhar uma história de violência, mesmo que não tenha consciência disso. A violência muitas vezes é velada e pode passar por humor ou “brincadeira”. No entanto, o que está por trás, ou melhor, à frente dessa imagem é o discurso da “cultura do estupro”, que implica tomar/laçar à força uma mulher, sem consentimento, reafirmando o lugar do homem como “dono” do corpo da mulher. Uma cultura silenciosa, porém, ativa.

Para continuar esta conversa, considero importante situar o lugar de onde falo (RIBEIRO, 2017). Sou indígena, mulher, pertencente ao povo Kambeba Omágua – Yetê, do Amazonas/BR, mas moro na cidade de Goiânia há muitos anos. Atualmente curso o doutorado no Programa de Pós-graduação em Arte e Cultura Visual da Universidade Federal de Goiás tendo participado do processo seletivo pelo Sistema de Ações Afirmativas, que visa garantir cotas para estudantes negros, pardos e indígenas.

Sou também feminista, participo da Frente Feminista Autônoma, uma organização de mulheres em Goiânia (GO) que tem se articulado na luta contra violências que acontecem com as mulheres. Em 2016, passei a participar dessa Frente com a intenção de contribuir para a construção de um ato político que foi realizado no dia 8 de março, dia da mulher. Em 2017, para a mesma data, construímos coletivamente a performance “Ancestrais pelo fim da violência contra a mulher”, realizada com um grupo de mulheres negras, brancas e uma cigana.

Hoje me posiciono como feminista, postura que durante muito tempo tive receio de assumir pelo fato de não possuir conhecimento teórico sobre o assunto, ou por achar que esse lugar não me pertencia. Destaco que essa temática ainda está em processo de construção no movimento de mulheres indígenas, principalmente porque o conceito de “feminismo” muitas vezes é considerado acadêmico, burguês ou “branco” demais. As pautas de interesse das mulheres indígenas são variadas e definidas a partir de contextos específicos e suas experiências não podem ser generalizadas e reduzidas a uma só causa. O pensamento de Ribeiro (2017, p. 63) contribui para a compreensão desse argumento ao afirmar que:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar de silenciado estruturalmente. Isso de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização política, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções.

A autora apresenta problematizações a partir de um contexto de mulheres negras, situação que me faz refletir sobre as mulheres indígenas que também vivenciam esse silenciamento

nos espaços acadêmicos devido a ausência de representatividade. Ao rememorar minha formação docente, questiono: quantas professoras indígenas eu tive durante o curso de graduação? Quantas autoras indígenas estavam nos planos das disciplinas que cursei? E agora no doutorado, com quantas mulheres indígenas compartilho a sala de aula?

Particularmente, tenho me encontrado nas referências do feminismo negro, pois percebo que temos muitas pautas de diferenças em comum, marcadas pela etnia/raça, cor e classe social (DAVIS, 2016). A presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras é quase inexistente, do mesmo modo que as referências indígenas. O lugar que ocupo nesse momento, é muito recente. Ainda estamos construindo nossos espaços no mundo acadêmico, lugar ainda de pouca ocupação de mulheres indígenas.

Marcadores da violência e os reflexos na condição social de mulheres indígenas

É possível perceber a presença de muitas opressões e discursos que se cruzam, como preconceitos, discriminações, estereótipos, torturas, roubos, colonização, hipersexualização do corpo da mulher indígena, tráfico humano, estupro e classe social.

A interseccionalidade (CRENSHAW 2014) dos marcadores da violência se interpõem nos discursos que emergem no texto a “mulher que é pega no laço” e fazem parte das muitas histórias que ouvi. O significado da frase, embora implícito, veicula a mensagem da mulher retirada à força (no laço) do seu grupo, da sua família, de seus filhos. A história nos informa que uma mulher indígena pega no laço significa que será violentada, levará surras, será deixada sem comida e torturada para ser “amansada” e **“extinguir o jeito violento”**, obedecendo a todos os comandos agressivos sem reações.

Esses marcadores de violência não agem separados. Atuam de maneiras diferentes entre as mulheres indígenas que vivem nas aldeias e não dominam a língua portuguesa oficial: mulheres indígenas aldeadas que já saíram para estudar fora de suas comunidades; mulheres indígenas recém-chegadas à cidade para estudar ou, mulheres indígenas que vivem nas cidades. Os marcadores sociais de diferenças agem sobre essas mulheres de modo simultâneo e de acordo com contextos específicos de cada uma.

O relato que transcrevo abaixo chegou a mim em uma breve conversa que tive com uma mulher descendente de povo indígena que não soube dizer qual. Quando me procurou, via rede social da internet, desejava realizar um trabalho da faculdade sobre a cultura indígena. Perguntei a ela quais eram os motivos para que ela me procurasse, quais os seus interesses em relação a cultura indígena e, no decorrer da conversa, ela fez o seguinte relato:

No caso da minha bisavó funcionou mesmo. Eu perguntei para minha família. Diziam que ela era misteriosa e que quase não falava da vida dela. O local que

ela constituiu a família, longe de onde veio (Vale do Paraíba), teve uma grande inundação na cidade, e os documentos foram destruídos. Até onde sei, não fui até lá para confirmar. Mas de fato, a fala é real, pois ela era casada com um descendente de francês, e todos sabem a história dele. Fala **misteriosa** porque perguntavam da vida dela, e ela não respondia. Ela não gostava do meu avô e viviam em quartos separados. Uma tia disse que meu bisavô pegou (o termo que usam) ela. E esse mesmo bisavô abusou de todas as suas netas. Que no caso foram 6 mulheres, uma delas minha mãe. A tia disse que minha bisavó era vinda de um povo que era canibal (não sei se esse fato é real). Disse que meu **avô amarrou ela até ela extinguir o jeito “violento” dela**. Muito pesado. Eu fico envergonhada do posicionamento de muitos de meus familiares (Relato A, 2017, grifo meu).

Os silenciamentos dessas histórias de violências múltiplas perduram e ainda hoje parece haver um tabu em relação a falar dos abusos contra mulheres indígenas. Muitas vezes, a frase “pega no laço” é vista como piada, é acompanhada de risos e até mesmo considerada uma forma de expressão de “masculinidade”. Eduarda Tuxá (2018, p. 1) fala da importância de escrever sobre este assunto, mesmo que seja incômodo e doloroso, especialmente para as mulheres indígenas:

É por minhas antepassadas que escrevo e sinto a necessidade de falar. A minha bisavó foi “pega no laço” como dizem, é por ela que escrevo. Teve uma única filha, fruto do estupro, e uma vida marcada por violências. Era mãe solteira. Pobre. Benzedeira. Mais uma “cabocla” vítima desse sistema que nos causa tanto trauma. Ela não podia reclamar, pois se hoje somos culpadas pelas violações que sofremos imagine naquela época. Ninguém perguntou para ela como era ser ela, por isso hoje rememoro sua biografia antes silenciada.

Uma mulher “misteriosa” que não fala de sua história, mas, como falar após ter sido retirada a força “de onde nasceu”? Depois de ter sido amarrada, sujeitada, humilhada? E a violência seguiu por outras gerações, pois, segundo a narrativa, esse bisavô abusou de todas as suas netas. Quantas histórias essa mulher poderia contar, mas, o silenciamento faz parte do acordo de “amansar”, obedecer. Esse silenciamento é mais uma forma de opressão que consome e impacta nossas vidas, apaga nossas histórias, nossas subjetividades de mulheres indígenas. Nós, mulheres, somos chamadas de selvagens, mas, quem é o não civilizado nessa narrativa?

Carvalho (2018, p. 1), mulher indígena pertencente ao povo Guajajara, afirma:

Durante muito tempo foi construída uma ideia diferente da realidade indígena, que muitas vezes foram tratados como figuras mudas ou lendárias. Portanto, é necessária uma reformulação nas ideias passadas ao longo dos tempos, desmistificando a imagem desses sujeitos. Muitas vezes eles acabam sendo vistos equivocadamente como sujeitos do passado ou personagens romantizados, devido à cristalização ainda presente no imaginário das pessoas. Algumas vezes já li e ouvi o dizer: “o índio não teve voz”. Mas afirmo que ele teve voz e continua a tê-la, mais resistente e audível em cada espaço que chega.

O histórico de violências contra os povos indígenas vem de muitos séculos, desde o início do processo de colonização do país e se perpetua até o presente. Um exemplo não muito distante no tempo é o Relatório Figueiredo que foi dado como perdido em um incêndio, em 1967, mas foi encontrado em 2012, durante as investigações da Comissão Nacional da Verdade¹. Esse documento trouxe à tona registros de massacres contra os povos indígenas. De acordo com Guimarães (2015, p. 142):

Podemos dizer que os povos indígenas foram os mais afetados pelas ações do Estado no período investigado pela Comissão Nacional da Verdade. É estimado que mais de 8 mil indígenas tenham sido atingidos pela violência, através de remoções forçadas, torturas, maus tratos e tentativa de extermínio.

No Relatório, há o registro perturbador do que foi chamado “Massacre Paralelo 11”², ocorrido em outubro de 1963, quando uma mulher indígena pertencente à etnia Cinta Larga foi amarrada de cabeça para baixo e cortada do púbis em direção a cabeça (Figura 2).



Figura 2: Foto: Der Spiegel. Fonte: publicado em O Globo. Disponível em: Relatório Figueiredo <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss373.pdf>>

¹ <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>

² O Massacre Paralelo 11 foi o maior genocídio da história dos Cinta Larga, quando morreram 5 mil indígenas, envenenados com arsênio por militares, seringalistas e garimpeiros.

Essa imagem, uma cena da barbárie do colonizador, propagou-se nas redes sociais, foi muito compartilhada e suscitou centenas de comentários. Mas essa discussão está muito longe de ser finalizada, a realidade segue contendo mesclas de novas e velhas violências. O Histórico de violências é antigo, mas também temos histórias recentes, registros que datam dos anos de 1960/70, como nos mostra o Relatório Figueiredo.

No início de minha pesquisa de campo para o doutorado, quando eu e os demais participantes começamos a conversar sobre os planos para realização da pesquisa empírica, logo me chegou o relato abaixo, na voz de uma das professoras participante do projeto:

Eu presenciei na minha infância uma índia chegando na fazenda onde meu pai trabalhava, amarrada no rabo do cavalo. O cara montado no cavalo, e ela amarrada com a corda no rabo do cavalo, isso para mim, é uma imagem assim... E esse “pega no laço” tá tão generalizado que parece comum, parece que é natural, ninguém se escandaliza. Cabelo longo sabe gente... Nossa! Que cena que eu tenho como uma foto aqui, olhando para ela nesse momento... Aí ela chegou, tinha um quartinho de madeira e eu fiquei muito curiosa, aí eles chegaram e trancaram ela nesse quartinho de madeira e eu ia pelas “gretinhas” para vê-la, e ela ficou ali, eu não sei como explicar. Isso foi quando? Em sessenta (1960) e poucos! Isso ocorreu em 1961, eu tinha 4 anos de idade, foi próximo de Goianápolis/GO. (Relato B, 2018).

O que pode ter acontecido com essa mulher que chegou na fazenda amarrada no rabo do cavalo e colocada em um quartinho de madeira? Estuprada, escravizada, torturada? São algumas violências que podemos imaginar. Ainda hoje, são comuns as histórias de violência e assassinatos em cidades próximas às aldeias contra os povos indígenas. Mas, e as mulheres “pegas no laço”? Onde estão? Estão vivas? É possível que sim. Aqui no estado de Goiás, a cultura de “laçar mulheres” é tão naturalizada a ponto de encontrar carros na cidade adesivados com esse tipo de imagem (Figura 1).

A frase “minha avó foi pega no laço” evidencia uma violência de gênero ancestral que se mantém renovada nos dias de hoje, algo que podemos constatar no relato da indígena Taxuá (2018, p. 1):

Recordo agora uma situação que passei caminhando na rua em Salvador. Eu estava pintada com as pinturas tradicionais do meu povo, fato que por si só já desperta a curiosidade alheia, e ouvi um homem dizer que faria um curumim em mim. Notem como até o assédio vem “personalizado”.

Essa fala traz mais um exemplo de violência étnica, violência simbólica, violência de gênero contra a mulher indígena, cujos corpos são objetivados e suas identidades anuladas. É necessário problematizar essa frase do repertório popular, sobretudo porque as violências perduram geração após geração, como aponta o relatório da Organização Nacional das Nações

Unidas (ONU, 2010), cujos dados “mostram que mais de **1** em cada **3** mulheres indígenas são estupradas ao longo da vida”. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, 2015, descreve o estupro coletivo que uma jovem indígena pertencente ao povo Guarani e Kaiowá sofreu por dez pistoleiros, eles a atacaram no mato, quando fugia de um ataque a sua aldeia.

A luta contra a violência de gênero é uma luta coletiva, de mulheres e homens, pretos, brancos, pardos e indígenas. É uma luta especialmente importante para nós, mulheres indígenas, subalternas do subalterno³, e é urgente a necessidade de falar em primeira pessoa, exercitar o direito de existir e contar nossas próprias histórias.

Protagonismo de mulheres indígenas

Apesar de toda a violência, as mulheres indígenas têm ocupado lugares de protagonismo, reagindo contra a precariedade em diferentes âmbitos como nas áreas da saúde, da educação, nos ataques aos territórios, na luta por demarcação de terras e na luta pela própria sobrevivência, seja na aldeia ou na cidade.

Em uma assembleia de mulheres indígenas em Roraima, a advogada indígena Joenia Wapichana (2017, p. 1) expôs o seguinte:

Apesar de ainda existir a exclusão de mulheres, Joenia destacou que o espaço em que as mulheres se encontram hoje, já é uma conquista. Mas que nem sempre foi assim, porém, a mesma Constituição que garantiu direitos indígenas também garantiu o direito de igualdade das mulheres. “A mesma Constituição que fala sobre os direitos indígenas, também veio com novidades em relação às mulheres e uma delas é a igualdade de direitos. **As mulheres têm direito de participar das reuniões, dos eventos, de mobilização, o direito de falar por si só, direito de reclamar e denunciar**”. (Grifos meus)

Muitas mulheres indígenas, mesmo sem posicionarem-se como feministas, estão na luta por direitos iguais, por direito “à voz”, se colocando politicamente na linha de frente da resistência. Atualmente, temos a pré-candidatura à vice-presidência do país a Coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara (Figura 3).

³ O sujeito subalterno, segundo Gayatri Chakravorty Spivak (2010) compõem “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. (2010, p. 14)





Figura 3: Sônia Guajajara no congresso, 2016. Fonte: Az Minas. Disponível em: <http://azmina.com.br/reportagens/seis-mulheres-indigenas-que-va-le-a-pena-seguir-nas-redes/>

Enquanto indígena, mulher, feminista, pesquisadora e professora de artes visuais, busco exercitar minha responsabilidade nas problematizações sobre como a cultura indígena chega (ou não) aos espaços escolares. O desafio da pesquisa empírica de doutorado é dialogar com as professoras e professores de uma Escola Municipal na cidade de Goiânia (Figura 4) e refletir coletivamente sobre os muitos estereótipos que a escola pode desconstruir sobre os povos indígenas.

Pensar como meu percurso e experiências podem contribuir para a formação dessas professoras e professores é uma questão cara à minha pesquisa. Também, pensar em conjunto e criar estratégias que englobem toda a comunidade escolar (docentes, estudantes, famílias, funcionários) no projeto de eliminar preconceitos e valorizar as culturas indígenas. Pensar desde uma perspectiva interseccional, é central na minha pesquisa como uma maneira de problematizar as muitas violências contra as mulheres indígenas.



Figura 4: Planejamento para a pesquisa de campo (2018).
Fonte: Arquivo da autora.

É necessário que as narrativas de mulheres indígenas sejam apresentadas nos espaços de educação formal e/ou informal como forma de combater os discursos e as visualidades que incentivam a violência e difamam a identidade da mulher indígena, como a frase que gerou este artigo.

A partir da Educação da Cultura Visual, lugar onde me posiciono como professora, apresentar outras perspectivas e narrativas de mulheres indígenas, bem como problematizar as visualidades cujos discursos incentivam a violência e a opressão, é uma questão importante no meu “fazer docente”. Segundo Abreu (2015, p. 3928):

Atuar desde a perspectiva da cultura visual feminista significa por lentes de aumento sobre as visualidades com a intenção de decifrar os significados de como as construções de gênero moldam nossa maneira de ver e perceber o mundo. Significa, também, examinar e identificar as circunstâncias que criam as diferenças, para refletir sobre os estereótipos que geram as discriminações e às formas como percebemos o outro. A intenção é romper com o sistema de reprodução dos códigos e significações dos discursos dominantes sobre as representações identitárias e trazer à superfície artistas e imagens que não fazem parte dos discursos oficiais.

Trazer à superfície histórias, relatos de mulheres indígenas, mostrar suas potencialidades, seus desejos e anseios; apresentar grafismos, símbolos e a diversidade cultural indígena, bem como a produção contemporânea de jovens artistas mulheres indígenas, estão como estratégias prioritárias em meus planos de ensino. A obra “Mikay”, da artista Arissana Pataxó⁴ que, mesmo tendo ganhado o importante prêmio Pipa, em 2016, é pouco ou quase não conhecida (Figura 5), por exemplo.

⁴ PATAXÓ, Arissana. Prêmio Pipa. 2016. Fonte: <<http://www.premiopipa.com/pag/arissana-pataxo/>>



Figura 5: “Mikay”, 2009, escultura de cerâmica, 60 cm.
Fonte: Prêmio PIPA 2016

Em outra oportunidade (SILVA, 2017) falei da importância dessa obra para mim, o quanto me reconheço nesse objeto, símbolo de força e resistência para lutar contra os silenciamentos que me rodeiam. A pergunta na superfície do facão me faz refletir sobre meus posicionamentos como indígena, mulher e feminista, tenho me posicionado contra toda e qualquer violência e aprendi que o silêncio pode sufocar e é necessário que tenhamos posicionamentos políticos para dar visibilidades às narrativas indígenas.

Referências

ABREU, Carla. Imagens que não afetam: Questões de gênero no ensino da arte desde a perspectiva crítica feminista e da cultura visual. In: SANTOS, N. C., et al. **Anais do 24º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**. Santa Maria: ANPAP/PPGART/CAL/UFSM, 2015, p. 3927-3928.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2000, p. 229- 236.

CARVALHO, Aliria. W. B. Narrativas Guajajara: A voz indígena para além das aldeias. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral**. UNICAMP- Campinas- SP, 2018, p. 1-14.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: UNIFEM, 2004, p. 7-16.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução; Heci Regina Candini. 1ª ed. São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. Rio de Janeiro 2015. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em memória social. Dissertação de mestrado em memória social, p.1-203. 2015.

Mulheres indígenas são vítimas de estupro como forma de desmoralização, diz ONU. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-01-14/mulheres-indigenas-sao-vitimas-de-estupro-como-forma-de-desmoralizacao-diz-onu>> Acesso em 12 de julho de 2018.

Mulheres indígenas em Roraima debatem conquistas, desafios e o direito da mulher indígena. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/12/07/mulheres-indigenas-em-roraima-debatem-conquistas-desafios-e-o-direito-da-mulher-indigena/>>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

Por que a violência contra mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s_a_21700429/>. Acesso em 10 de julho de 2018.

Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil dados de 2015. Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>. Acesso: 10 de julho 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte/MG, Ed. Letramento: justificando, 2017.

Seis mulheres indígenas que vale a pena seguir nas redes. Disponível em: <<http://azmina.com.br/reportagens/seis-mulheres-indigenas-que-vale-a-pena-seguir-nas-redes/>>. Acesso em 11 de julho de 2018.

SILVA, Mirna P. Marinho. **Que memórias me atravessam?** Meu percurso como estudante indígena. Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2017, 150 f. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8047>>. Acesso em: 28 de julho 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o sulbaterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TUXÁ, Eduarda, **Você não mais me prenderá no seu laço.** Disponível em: <<http://aldeialiteraria.blogspot.com/2018/05/voce-nao-mais-me-prendera-no-seu-laco.html>> Acesso em 15 de julho de 2018.

Minicurrículo

Mirna P. Marinho da Silva Anaquiri

Doutoranda em Arte e Cultura Visual na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Participa do grupo de pesquisa Cultura Visual e Educação (FAV/UFG) e do projeto de pesquisa “Práticas Artísticas Autobiográficas: intersecções entre prática artística, escritas de vida e decolonialidade (FAV/UFG) e “Mídia indígena: Identidade, política e comunicação entre os Jê do Brasil Central (FIC/UFG)”. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Visuais, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos indígenas, educação da cultura visual, autobiografia e performance.